

## EDUCAÇÃO NO BRASIL A PARTIR DOS ANOS 1990: A MERCANTILIZAÇÃO DO ENSINO BRASILEIRO

Jean Alexir dos Santos. jeanalexir.santos@uel.br. Universidade Estadual de  
Londrina – UEL.

Denise Maria Fank de Almeida. denise.fank@uel.br. Universidade Estadual de  
Londrina – UEL.

**Linha de estudo:** Fundamentos históricos, filosóficos e culturais da educação na Educação Física: Teorias e metodologias que orientam as concepções de Educação Física; corpo e corporeidade; modo de produção, trabalho, tempo livre, Educação e Educação Física; cultura, imaginário, representação e memória em Educação Física

### Forma de Apresentação

Comunicação Oral

Poster

### Resumo

Este estudo analisa criticamente a transformação da educação brasileira em mercadoria sob a égide neoliberal, examinando como as políticas estatais a partir dos anos 1990 reconfiguraram o sistema educacional para atender aos interesses do mercado. Fundamentado nas teorias de Paulo Freire, Antonio Gramsci e Karl Marx, o trabalho demonstra como a educação foi instrumentalizada para manter as desigualdades estruturais, com ênfase nos processos de privatização, financeirização e precarização do ensino público. O objetivo principal é investigar como o neoliberalismo reconfigurou a educação brasileira, destacando a atuação do Estado como agente dessa transformação. A pesquisa adota metodologia qualitativa baseada em análise documental e bibliográfica, abrangendo desde as reformas de Fernando Henrique Cardoso até os retrocessos dos governos Temer e Bolsonaro. Destacam-se três eixos principais de mercantilização: a expansão do setor privado através de programas como ProUni e FIES; a conversão da educação em ativo financeiro por conglomerados educacionais; e o desmonte sistemático da rede pública via medidas como a PEC 95 e a Reforma do Ensino Médio. Casos concretos ilustram esses processos, como a implantação de escolas cívico-militares no Paraná e a superlotação crônica nas salas de aula de São Paulo. A análise revela como o Estado, sob a hegemonia neoliberal, transformou a educação em instrumento de reprodução das desigualdades, esvaziando seu potencial



emancipatório e crítico. Conclui-se que a resistência à mercantilização da educação exige a reconstrução das políticas públicas com base nos princípios constitucionais de 1988, priorizando o caráter público, gratuito e de qualidade do ensino como direito social fundamental. Defende-se uma educação verdadeiramente transformadora, capaz de romper com a lógica de mercado e promover a justiça social.

**Palavras-chave:** Educação; Neoliberalismo; Estado; Mercantilização; Brasil.

## Introdução

O conhecimento adquirido pela humanidade decorre de uma extensa relação de seres humanos com a natureza e o social. Tais conhecimentos carregam consigo culturas, costumes, modos de vida e pensar, que podem ou não ser incorporados por uma sociedade ou outra.

Na contemporaneidade, com a atual disseminação da informação por meio das tecnologias com as redes sociais que possibilitam, de forma positiva, o acesso ao mundo na palma da mão, a aproximação com as diferentes sociedades e suas culturas e, seus modos de vida e pensar. Atualmente há uma desenfreada propagação de *fake news* propositais que contribuem muitas vezes com o mal entendimento sobre diferentes culturas e acontecimentos, se tornando armas silenciosas utilizadas para atacar o diferente, impondo a ele servidão de variadas formas para com aqueles que dominam e detém o poder da informação.

O ponto em questão é de que, essas constatações só são possíveis por meio de análises históricas. É na história e no que ela nos mostra, mas não somente escritos ou livros — como os didáticos que abordam uma concepção totalmente eurocentrista — que estão ao dispor de leitura para quem bem entender sem criticidade, mas cabe aqui uma análise histórica fartando-se de criticidade daquilo que não é mostrado, o que aqui chamaremos de história invisível.

É acerca dessa óptica que nos deparamos com a educação sendo uma dessas ferramentas de disseminação do controle e da direção determinada por aqueles que do poder detém domínio. A relação de educação ao longo da história no Brasil, pautando-se de uma vertente crítica de pensamento, e obrigatoriamente temos que analisar o Estado como aquele que implementa



diferentes projetos ao longo dos tempos. Isso, inserido e analisado dentro de uma perspectiva neoliberal.

Para tanto, o objetivo proposto é analisar a relação entre a educação brasileira e o neoliberalismo. Apresentamos as principais ações do Estado em relação a educação a partir dos anos 1990. Destacamos como consequência a mercantilização do ensino brasileiro, e portanto, o papel do Estado na perpetuação das desigualdades sociais.

Portanto, compreender a leitura de acontecimentos por diferentes ângulos, analisá-los de forma crítica com a finalidade de concordar ou contestar só é possível graças ao estudo crítico da história. Corroborada pelas contribuições políticas e filosóficas de Antonio Gramsci, que expressa a importância de se conhecer as relações sociais ocorridas até a atualidade em que para ele, “todo indivíduo é não somente a síntese das relações existentes, mas também da história destas relações, isto é, o resumo de todo o passado” (GRAMSCI, 2000, p. 40).

Com uma análise pautada dos anos 1990 em diante, esta pesquisa tem por justificativa a preocupação com o desmonte e mercantilização da educação no Brasil sob as concepções neoliberais.

## **Metodologia**

Foi realizada uma pesquisa de cunho qualitativa em que se buscou uma análise bibliográfica de autores e autoras que debruçaram seus estudos na análise do Estado brasileiro e na instauração neoliberal que abarcou diversos setores e políticas públicas no país, incluindo a educação.

## **Resultados e Discussão**

O conhecimento histórico contribui para o ser humano se reconhecer como ser consciente de si e das circunstâncias humanas enraizadas no passado. Quando alocamos a educação em um ponto de análise, estamos dando a esse fenômeno grande importância e assim não poderia ser diferente. Saviani (2008), indica que cabe alertarmos aos educadores que a situação em que o processo educativo é produzido, os avanços e problemas enfrentados pelos educadores, são produtos de construções históricas.



A compreensão de que existe a pura necessidade — e sempre existirá — de se conhecer a história da educação, cabe como fonte para análise crítica constante da realidade educacional no Brasil. De acordo com Paulo Freire (1987), a educação é transformadora e libertadora. A grosso modo, pode parecer uma visão romantizada de educação e suas contribuições, mas sempre importante atestar a grande importância desse educador na análise crítica da educação e de sua história invisível. Então muito se engana quem ao ler esse grandioso nome, pense que não existe criticidade em suas palavras ou daqueles que dela se fazem valer de conhecimento. O que esse autor nos mostra é uma importante relação de educação opressora e lutas de libertação do oprimido.

Educação transformadora que pode ser interpretada de diferentes formas, seja ela na óptica de formação e capacitação para o trabalho para um emprego e renda — sendo puramente superficial — ou no entendimento da educação como ferramenta de domínio de uma classe sobre outra, no caso a dominação da classe burguesa sobre a classe trabalhadora, impondo uma condição de subalternidade em que o caminho é a educação para uma entrada no mercado de trabalho como forma de exploração de sua mão-de-obra, gerando a mais-valia atestada em O Capital de Marx (2013).

Aparentemente essas colocações podem apenas referenciar duas perspectivas diferentes sobre educação e seus objetivos na sociedade, mas faço novamente uma ressalva. Pautamos sobre uma análise crítica, deste modo a história invisível é importante aparecer aos olhos atentos em uma leitura. Vejamos, ao referenciar Marx, estamos propondo uma análise crítica de condição imposta à educação pela burguesia. Marx não debruça seus estudos sobre a educação, mas muito dele pode ser imbuído para a análise deste fenômeno social.

Para Marx (2013, p.209) “A mais-valia nada mais é que a soma total de trabalho não pago, que o trabalhador executa além do trabalho necessário para produzir o valor da força de trabalho.” Se existe trabalhador, logo há classe trabalhadora, se existe trabalho excedente, logo há desigualdade e exploração. Sob um olhar crítico, vemos a educação a serviço dessa formação de mão-de-obra a ser explorada sem que haja possibilidades de libertação, não sem o rompimento total com a hegemonia que domina o poder.



E justamente sobre o poder e a instância que dele controla, o Estado, o ponto de continuação para entendimento e aprofundamento do processo histórico da educação no Brasil. Entretanto, fazemos como recorte histórico o Brasil a partir dos anos 1990 e a construção desse Estado burguês no Brasil para se ter um vislumbre do que hoje há na educação no país.

Trataremos neste texto de um Estado como categoria e capturado pela lógica capitalista e neoliberal. Um Estado que se faz valer como comitê executivo da burguesia monopolista (Marx e Engels, 2010). Assim, configuramos aqui o Estado como um mecanismo de dominação de classe, no caso da burguesia detentora do grande capital e meios de produção, sobre a trabalhadora sem posse do capital e vendedora de sua força de trabalho.

Gramsci (2000), propõe uma concepção além das tradicionais instituições políticas de Estado, construindo essa categoria composta por duas fontes: sociedade política e sociedade civil. Na qual a primeira abrange as instituições como governo, forças armadas e sistema jurídico. Aquelas que exercem coerção direta. A segunda, contém instituições como escolas, igrejas, sindicatos e meios de comunicação. Aquelas que legitimam em consenso.

Tal hegemonia da classe dominante é perpetuada não somente pela força, mas pela aceitação por parte da sociedade civil, com grande importância das estruturas culturais e ideológicas na manutenção do poder. Um Estado como categoria concebido em uma combinação perigosa de ditadura acrescido de hegemonia.

A partir da década de 1990, a educação consolida-se pelos critérios do capital, devido à imposição do neoliberalismo pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). Este, subordinou progressivamente a economia ao domínio do capital internacional. De acordo com Paulani (2008), FHC leiloou a maior parte do setor estatal e abriu a economia completamente, apostando na entrada de um fluxo maciço de capital externo para modernizar o país.

Antemão, é preciso uma contextualização do ponto de partida para as mudanças na educação e da perspectiva política e econômica que o país estava pautado. Na década de 1990 o Brasil estava se reestruturando em uma nova democracia que veio a substituir a então Ditadura cívico-militar que perdurou por longos vinte e um anos (1964-1985). O país engatinhava para avanços sociais



que foram oriundos da Constituição Federal de 1988, mas que ainda via suas políticas públicas um campo de disputa entre os agentes da burguesia e trabalhadores, que aos primeiros buscavam meios de mudanças na Constituição, enquanto aos outros, enfim comemoravam a passos lentos os avanços na garantia de direitos.

Há uma disputa envolvendo ambas as classes – burguesa e trabalhadora – o que tomou grande desequilíbrio em 1995, com a Reforma Administrativa realizada pelo então Luiz Carlos Bresser-Pereira, na então função de ministro de Estado. Propostas essas que foram disseminadas no Plano Diretor da Reforma do Aparelho de Estado (PDRAE). O que Behring (2022) chama de contrarreforma de caráter conservador e regressivo do Estado brasileiro.

Um Estado cada vez mais aberto aos interesses particulares e privados e que interferiria em larga escala na educação a curto, médio e longo prazo começava a tomar forma. Behring (2006), chama de sistema dual a existência de políticas públicas e privadas ao mesmo tempo, e foi durante a ditadura militar que o Estado brasileiro implementou essa característica nas políticas sociais, principalmente na educação.

Assim como na PDRAE, abrem-se portas para a inserção do particular nas funções do Estado, abre-se a educação para a disputa de capital. Mais de duas décadas após a LDB de 1971, esses preceitos ainda se mostram visíveis quando se faz a leitura dos desdobramentos do Art 1º, mais precisamente em seu inciso 2º ao qual diz que “a educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social” (BRASIL, p.1, 2019), reforçado pelo Título II no que diz respeito aos princípios e fins da educação. Assim escrito em seu Art 2º

A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 2019, p.1)

Com essa forma, que em 1996 é criada a lei 9394/96, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) que para a educação de fato foi um avanço e conquista, pois anteriormente a ela haviam tido duas tentativas de formar diretrizes (LDBEN de 1961 e LDBEN de 1971) demarcando o direito tanto ao setor público como o privado de ministrar o ensino no Brasil, um momento em



que em disputa, a educação atrelou-se ao modelo de desenvolvimento capitalista.

Os interesses da classe burguesa ganham esboço por meio das finalidades que se pretendem com a educação no Brasil. A LDBEN de 1996 continha pressupostos neoliberais em suas normas, colocando a educação como ferramenta de dominação de uma classe sobre a outra, mas ao mesmo tempo, reforçando a universalidade da educação básica para todos como na Constituição. Uma cultura de “pão e circo” rondava os interesses sobre a educação, ora como instrumento de legitimação, dominação e manutenção de poderes, ora cedendo como política pública de direito de todos e manutenção de uma mão-de-obra mínima que demandava recursos.

As intenções sobre a educação no Brasil ficaram evidentes após a década de 1990, mas ainda nos falta a assimilação de concepção com o já mencionado neoliberalismo. Passamos então a compreender esse termo.

#### Para Toledo

O neoliberalismo realmente existente não é senão o Estado do grande capital que, por meio da derrota da classe operária, impôs rupturas ou limitações aos pactos corporativos do pós-guerra; implantou uma nova disciplina fabril e uma austeridade salarial, também nos gastos sociais; e descontou sobre os trabalhadores os custos da crise. (TOLEDO, 1995, p.84)

Nascido nas contribuições de Reagan nos EUA e de Thatcher na Inglaterra, o neoliberalismo ganhou força e hegemonia como um discurso e práticas político-econômicas visando incluir ao senso comum de interpretação e vivência de mundo. Somado a isso têm-se a contribuição e regras da OMC (Organização Mundial do Comércio) e FMI (Fundo Monetário Internacional) estabelecendo o neoliberalismo como modelo de regulação global, atendendo uma lógica de livre mercado.

Sob o neoliberalismo, o Estado trata o mercado com ênfase e não o bem-estar social da população. A entrega do Estado por parte de governos neoliberais objetiva acumulação de capital por diversos caminhos, inclusive pela educação que se encontra fora do chamado limites do cálculo de lucratividade. A educação então se torna um novo campo para essa acumulação de capital.

Existe a intenção de mudar o papel do Estado, privatizar o setor público, focalizar o gasto social entre outras interferências. Mas, ora, como uma



educação de garantia para todos promulgada pela Constituição Federal de 1988, engrossada pela LDBEN 9394/96 e cercada de parâmetros e bases educacionais pode ser atingida pela metodologia neoliberal? O neoliberalismo se opõe radicalmente à universalidade, igualdade e gratuidade dos serviços, agindo na diminuição do peso e ação do Estado nas diferentes áreas, incluindo a educação. Isso gera uma degradação da educação no país em que seus próprios usuários, a parcela da sociedade que depende da educação laica e gratuita passa a então questionar essa educação.

E não estou aqui apontando dedos ou direcionando a culpa por essa degradação da educação a parcela do povo brasileiro que dela usufrui como direito e depende dela de forma gratuita, mas sim indicar que essa mesma população se encontra cercada de medidas neoliberais direcionadas para a educação que vem se construindo desde a década de 1990 até os dias atuais.

Na agenda neoliberal há uma depreciação tão grande daquilo que é público – como por exemplo os questionamentos e críticas ao SUS com suas filas e longas esperas por exames e atendimentos, mas não se há a visão de um sistema universal de referência no mundo – que passa-se a ver o privado como o melhor, como a solução para esses problemas de uma educação insuficiente. Problemas criados como monstros para que o herói elimine com a desculpa perfeita. Nesse caso, o Estado é um monstro ao qual não dá mais conta de gerir o social (na perspectiva neoliberal) e o setor privado aparece como salvador do dia abraçando a educação e tornando ela uma mercadoria. Mas alienado a isso, está uma educação na qual existe uma desvalorização do professorado, com salários e condições psicológicas e de trabalho insalubres, também há um desmonte de educação emancipatória e crítica com as escolas cívico-militares e o enfrentamento a chamada “Escola Sem Partido” que ainda sonda a educação.

Nos projetos seguintes a FHC, com os governos petistas de Lula e Dilma, a educação ganha uma nova perspectiva, porém ainda que os governos do PT (Partido dos Trabalhadores) agindo com intenções progressistas, o que se havia era um cenário de concessões em que esses governos tinham que realizar para seguir na governança. Isso, resquícios de um parlamento permeado pela enraização do patrimonialismo, clientelismo, entre tantos “ismos” que envolve o Brasil desde suas origens.



Com Lula (2003-2010), a educação revela avanços e desafios existentes, ainda no que diz respeito às influências do neoliberalismo. Quanto aos avanços, eles estiveram presentes no campo do acesso à escola, alimentação escolar, combate ao analfabetismo e escola em tempo integral com os programas federais Caminho da Escola (2007), Brasil Alfabetizado (2003) e Programa Mais Educação (2008). Amplia-se as funções da principal transposição física da educação, a escola. E dentro desse cenário neoliberal que para Silva (2014), essa escola se torna um “posto avançado do Estado”, na qual é utilizada para garantir determinadas condições de controle populacional e territorial.

Com Lula há a expansão das Universidades Federais e do IFETs (Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia), programas de inclusão como ProUni (Programa Universidade para Todos) em que oferecia bolsas de estudo integral ou parcial para estudantes de baixa renda, voltada para o ensino superior privado. Foi nesse governo que nasceu o FIES (Fundo de Financiamento Estudantil) que visava dar crédito para estudantes de instituições privadas – FIES que foi reformulado em 2010 durante o Governo Dilma – com juros baixos e prazos longos para quitação.

O ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio) e o SISU (Sistema de Seleção Unificada) abriram portas para o acesso ao ensino superior além dos já conhecidos vestibulares e seus sistemas de provas por seleção e consequentemente excludente.

Com Dilma (2011-2016), os avanços realizados pelo governo Lula prosseguiram, assim como os impasses neoliberais. Dilma teve foco na melhoria da educação básica assim como no ensino superior, entretanto as pressões neoliberais persistiram na forma de privatizações de instituições e na implementação da ideia de escolas cívico-militares.

Entre os avanços, análises desse período indicam que as políticas educacionais desenvolvidas pelo governo Dilma não foram capazes de superar os desafios estruturais do sistema educacional brasileiro. A análise crítica das políticas educacionais indica que, embora as intenções de expandir a educação como direito e acesso para todos, o neoliberalismo continuou a influenciar as diretrizes, direcionando para um cenário contraditório. Por mais que as reformas buscavam atender e solucionar as demandas e problemas da educação do



momento, elas eram ofuscadas por um modelo que prioriza as práticas e a lógica de mercado, refletindo um ciclo norteador neoliberal.

Entretanto, críticos como Leher e Saviani argumentam que essas políticas estavam inseridas em um contexto neoliberal que favoreceu a financeirização da educação. Embora houvesse um aumento no investimento em programas sociais, as reformas educativas implementadas foram vistas como insuficientes para dismantelar as estruturas neoliberais que continuaram a privilegiar o setor privado e a mercantilização da educação.

De acordo com Leher (2019), a efetivação desses programas contribuiu para o avanço de grandes grupos que viam na educação um mercado promissor. Kroton (naquele período e atualmente Cogna Educação) e Estácio são exemplos desses grupos. Gentili (2014), dialoga em como nesses governos, ao implementar o ProUni e o FIES, culminou na legitimação do setor privado na educação superior, favorecendo a mercantilização da educação.

Em 2016 o mandato de Dilma é interrompido por um golpe de estado orquestrado por adversários políticos com apoio dos parlamentares e do Judiciário. Sobe ao poder Michel Temer (2016-2018) e inicia-se um desgoverno ao povo e à educação.

Nesse contexto, a lógica de mercado aparece impactando diretamente o financiamento escolar e o currículo. É com Temer que a PEC do Teto de Gatos (Ementa Constitucional 95/2016) escancara o Estado incorporando a ideologia neoliberal de atuação a favor das forças do mercado ao invés da garantia do bem-estar social.

Essa PEC limita os investimentos em educação e é tida como um duro golpe na educação. A Reforma do Ensino Médio é um bom exemplo de demanda criada visando o mercado de trabalho, refutando disciplinas críticas como Sociologia e Filosofia e priorizando disciplinas de teor técnico e prático, como Matemática e Língua Portuguesa. Não estamos tecendo críticas a ambas disciplinas escolares, de forma alguma! Estamos apenas apontando uma hierarquização curricular existente que é influenciada pela lógica de atendimento da educação ao mercado.

Sob essa ótica o currículo é atingido e há a inserção de itinerários formativos, variando de escola e região, causando um aprofundamento das



desigualdades sociais, uma vez que o estudo social crítico foi colocado em detrimento. Quanto a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), Silva (2017) indica que a base da educação durante o mandato de Temer possui caráter puramente tecnocrático e alinhado aos princípios neoliberais. O que o autor está assinalando é que a BNCC está dando bases para uma educação instrumentalizada, focada em competências e habilidades próprias do mercado de trabalho. Estudantes sendo formados sem senso crítico e com o direcionamento ao consumo e produção.

A passos largos a educação tem suas responsabilidades transferidas para o mercado e para o próprio indivíduo, no caso o estudante, que vê (ou não) a sua garantia constitucional de educação gratuita e de qualidade desaparecendo e cada vez mais ameaçada. Plano esse seguido pelo Governo de Jair Bolsonaro (2019-2022).

Os impactos devastadores da PEC na educação brasileira foram aumentados no governo Bolsonaro. A questão do favorecimento do setor privado e do mercado continuam a rondar a educação. O ataque à educação é fortemente ampliado com o governo de Bolsonaro. Saviani (2021) argumenta que as bases democráticas da educação foram envolvidas por um montante de atentados que atingiram principalmente o acesso e qualidade do ensino. Cortes orçamentários e ataques à autonomia universitária são outros pontos.

Um esquema bem elaborado que almeja a privatização e mercantilização da educação. O ensino privado passa a ganhar maiores evidências com a redução de programas de inclusão, como aqueles criados nos governos petistas. Há uma crescente e visível expansão das influências do mercado sobre todo o sistema educacional com o levantamento de modelos de gestão empresarial visando transformar a educação em mercadoria. Atenta-se ao caráter democrático da educação. Isso com o acesso à educação de qualidade cada vez mais distante do social, deixando os resultados e a eficiência de uma educação voltada ao mercado de trabalho como objetivos, evidenciando a lógica neoliberal que descarta o lado emancipatório e crítico que a educação deveria ter.

Outro traço marcante no governo Bolsonaro sobre a educação é seu caráter conservador e militarizado. O já mencionado projeto “Escola Sem Partido” com sua clara intenção de despolitização da educação, autorizando o



lado autoritário e conservador. A lógica que até então pensávamos estar enterrada com a Ditadura Cívico-Militar, retorna com o governo Bolsonaro na militarização da educação e seu caráter de controle e disciplina, mais uma vez distanciando do teor democrático e inclusivo.

Podemos citar modelos em pleno vapor dos escritos aqui direcionados à educação no contexto neoliberal.

No Estado do Paraná, sob o governo de Carlos Massa Jr, o “Ratinho Jr.” (2019-presente) como popularmente ficou conhecido, há um desmonte em vigor e entrega da administração dos colégios estaduais para o setor privado e, cito aqui este estado pois desde a posse de Ratinho Jr. em 2019, que o modelo neoliberal de educação vigora de forma esquemática e rendendo frutos. Mas isso não se restringe a somente a um estado.

A situação da educação no Estado do Paraná enfrenta críticas ao modelo de escola cívico-militar, bem como à privatização da gestão escolar. De acordo com Silva (2022), as escolas cívico-militares no estado, que representam cerca de 10% das instituições, foram promovidas com a justificativa de melhorar a disciplina e a segurança. Entretanto, análises críticas apontam que essas medidas priorizam a "coerção" e o policiamento dos comportamentos, em vez de investimentos em educação de qualidade e inclusão social. Encontra-se aqui um modelo imbricado de esconder problemas educacionais, apontando apenas indicadores quantitativos e não qualitativos, deixando à margem as questões sociais enfrentadas pelos estudantes em seu cotidiano.

No estado de São Paulo, de acordo com o Conselho de Ensino, Pesquisa, Extensão e Cultura (CEPEC), a situação atual da educação no estado de São Paulo apresenta desafios significativos. Um dos principais problemas identificados é a superlotação das salas de aula, com 79% dos professores afirmando que as turmas estão mais lotadas do que o ideal, o que afeta diretamente a qualidade do ensino e a motivação dos adolescentes. Além disso, questões de segurança nas escolas e o baixo interesse dos estudantes são fatores que agravam a crise no setor.

Não se há mais a intenção – como outrora aparece intrinsecamente na LDBEN em seus artigos aqui já citados – de esconder o interesse neoliberal sobre a educação, agora se encontra de forma explícita as intenções burguesas



sob o aparato neoliberal de diminuição do Estado e esvaziamento das políticas públicas como a educação. A construção de uma sociedade dócil, sem perspectivas de mudanças e sendo formada por uma educação voltada ao mercado, é cada vez mais realidade dentro dessa perspectiva de sociedade moldada no neoliberalismo. Não cabe aqui tecer caminhos para essa superação, mas cabem reflexões que precisam ser realizadas por aqueles e aquelas que da educação vivem, como professores, gestores e principalmente estudantes. Se faz necessário um caráter insurgente de postura contra projetos políticos voltados ao capitalismo e ao neoliberalismo que vem degradando a educação no Brasil em sua forma mais perversa.

No atual governo de Lula (2023-presente), há um enfrentamento no sentido de recuperação de políticas públicas que foram destruídas ou que estão debilitadas no campo da educação. Tendo enfoque na reversão dos cortes orçamentários feitos com a PEC do Teto de Gastos de Temer. A luta pela recuperação da educação pública e valorização dos professores, a retomada de políticas de inclusão como o ProUni e FIES, demonstrando ainda a influência do setor privado e do mercado na concepção de políticas educacionais, mesmo tendo em pauta um enfrentamento à financeirização e privatização da educação, mostrando um momento permeado por concessões entre governo e parlamento pela aceitação de medidas nas políticas públicas, incluindo a educação. Além de um contexto educacional pós-pandêmico de combate à evasão escolar.

O vislumbre de um horizonte para a educação no pós-Bolsonaro é um campo em que a privatização e financeirização estarão postas a ela como principais dilemas e que se não houver mobilizações por parte da sociedade civil reivindicando seus direitos dentro dessa política pública, a educação dificilmente será liberta dos ideais burgueses de opressão e de mercado acima do bem estar social.

## **Conclusão**

Desde o governo FHC (1995-2002), perpassando pelos mandatos de Lula (2003-2010) e Dilma (2011-2016), chegando ao governo golpista de Temer (2016-2018) e sucessivamente a Bolsonaro (2019-2022), culminando no atual mandato de Lula (2023-presente), enfim, todas questões levantadas permanecem de uma forma ou outra no campo da educação. Isso mostra que a



longo prazo, essa concepção neoliberal vem concebendo e compreendendo a educação como uma possibilidade de mercado, transformando esse setor refém de um mercado onde o capital impera. É preciso estar alerta para as consequências de longo prazo de tais medidas, indicando o aprofundamento das desigualdades que refletem na função social da educação pública. Isso coloca em xeque a educação inclusiva, crítica e democrática.

Desde a abertura do mercado nacional e a forte entrada neoliberal com FHC, influenciando a educação por meio da LDB 9394/96, dando vez aos programas federais dos governos Lula e de Dilma em que grupos privados, como a Cogna Educação, que percebeu na educação um forte mercado a gerar lucro ao ser privatizado, chegando a Temer com a reforma e retrocesso do Ensino Médio, culminando com Bolsonaro e os cortes de investimentos na educação, como também a criação da Escola Sem Partido e expansão das escolas cívico-militares, para, atualmente o governo Lula e a retomada de políticas de inclusão como o ProUni e FIES, demonstrando ainda a clara influência do setor privado e do mercado na concepção de políticas educacionais. São construções que evidenciam a estrutura de mercantilização da educação no Brasil

Há a necessidade urgente de cuidado com a implementação dessas políticas neoliberais no campo da educação e ao Estado que passa a delegar cada vez mais suas demandas aos interesses de mercado. Em suma, a educação dentro da concepção neoliberal vem se afastando cada vez mais da universalidade ao qual foi posta na Constituição Federal de 1988 e se aproximando (ou já assim concebida atualmente) de uma mercadoria cujo valor depende das necessidades do capital e do mercado, atendendo uma lógica mercadológica e de financeirização.

## Referências

BEHRING, Elaine Rossetti. Brasil em contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos. 1. ed. São Paulo: **Cortez**, 2022.

BRASIL. Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para instituir o Novo Regime Fiscal e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 16 dez. 2016.

BRASIL. **Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96, de 20 de dezembro**. Brasília. MEC. Disponível em:



<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/70320/65.pdf>. Acesso em: 22 dez. 2024.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. 17. ed. Rio de Janeiro: **Paz e Terra**, 1987.

GENTILI, Pablo. A privatização da educação superior no Brasil: um processo neoliberal em curso. **Revista Educação e Sociedade**, Campinas, v. 35, n. 128, p. 1005-1020, set./dez. 2014.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. 6. ed. Rio de Janeiro: **Civilização Brasileira**, 2000. 5 v. Traduzido por Carlos Nelson Coutinho.

LEHER, Roberto. Educação e hegemonia no Brasil: da ditadura militar ao governo Bolsonaro. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 1, p. 1-19, jan./mar. 2019.

MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. Livro I. Tradução de Reginaldo Sant'Anna. 29. ed. Rio de Janeiro: **Civilização Brasileira**, 2013.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto do Partido Comunista*. Tradução de Nélio Schneider. São Paulo: **Boitempo**, 2010.

PAULANI, Leda Maria. *Brasil delivery*. São Paulo: **Boitempo**, 2008.

SAVIANI, D. **A Ideia de Sistema Nacional de Ensino e as Dificuldades para sua Realização no Brasil do Século XIX**. Disponível em:

<http://www.fe.unicamp.br/dermeval/texto2001-1.html>. Acesso em 11 jan. 2025.

SAVIANI, Demerval. Neoliberalismo e educação no Brasil: a destruição das bases democráticas no governo Bolsonaro. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 85, p. 1-21, jan./mar. 2021.

SILVA, J. A. de A. Analisando a concepção de Educação Integral do governo Lula/Dilma através do Programa Mais Educação. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 30, n. 1, p. 95-126, mar. 2014.

SILVA, Joselita Romualdo da. **Pedagogia do quartel: uma análise do processo de militarização de escolas públicas no estado do Paraná**. 2022. 187f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2022. Disponível em: <<https://hdl.handle.net/1884/80137>>. Acesso em: 11 jan. 2025.

SILVA, Tomaz Tadeu da. Neoliberalismo, reforma do Estado e políticas educacionais: algumas reflexões sobre o caso brasileiro. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 38, n. 139, p. 635-652, set./dez. 2017.

SÃO PAULO. **Conselho de Ensino, Pesquisa, Extensão e Cultura (CEPEC)**. Relatório sobre a situação atual da educação no estado de São Paulo: desafios e problemas identificados. São Paulo: Universidade Estadual de São Paulo, 2024.